

Weber diz confiar no STF em tempos "tumultuados"

JUDICIÁRIO / Terceira mulher a presidir a Suprema Corte, Rosa Weber considera um "imenso desafio" assumir o cargo "nestes tempos tumultuados que estamos vivendo". A ministra é discreta e avessa a entrevistas

Promessa de serenidade no STF

» LUANA PATRIOLINO

A ministra Rosa Weber foi eleita, ontem, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), substituindo o ministro Luiz Fux. A magistrada destacou que comandará a Corte com "serenidade" e "defesa máxima da democracia". Na mesma sessão, o ministro Luís Roberto Barroso foi eleito vice-presidente. A cerimônia de posse dos dois ministros está marcada para 12 de setembro.

"Vou procurar desempenhá-lo (o cargo) com toda serenidade e com a certeza do apoio de vossas excelências, que, para mim, será fundamental. É sempre na defesa da integridade e na soberania da Constituição e do regime democrático", disse a ministra, após a eleição interna.

Weber e Barroso foram eleitos por 10 votos a um — é praxe que o ministro que assumirá a presidência vote em seu vice. A eleição é feita entre os próprios integrantes da Corte e são protocolares. O Supremo adota para a sucessão de seus presidentes um sistema de rodízio, baseado no critério de antiguidade.

Diferentemente de gestores anteriores, a ministra não cumprirá dois anos de mandato porque se aposentará em outubro de 2023, quando completará 75 anos de idade. Ela declarou que, mesmo com o pouco tempo em que permanecerá à frente do Supremo, irá cumprir com rigor todas as tarefas que o cargo demanda.

"Essa tradição não ofusca, não inibe, não prejudica o fato de eu estar sensibilizada pelo voto de confiança de vossas excelências. Exercer a chefia do

Poder Judiciário, para uma juíza de carreira como eu, que está há 46 anos (na magistratura), é uma honra inextinguível", declarou. "Em especial, nestes tempos tumultuados que nós estamos vivendo, o exercício deste cargo trata-se de um imenso desafio."

Contrária aos holofotes, Rosa Weber passou os últimos 10 anos no STF praticamente sem conceder entrevistas. Ela é vista pelos seus pares como extremamente discreta e técnica. Ao contrário do ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que passou a proferir falas duras, diretas e recados expressos ao presidente Jair Bolsonaro (PL), a tendência é a que a magistrada mantenha o temperamento discreto e fique longe de polêmicas com o Poder Executivo.

Antes de assumir uma cadeira do Supremo, Weber presidiu o TSE e, antes de ingressar na Suprema Corte, foi ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A carreira como jurista começou em meados de 1967, quando ela foi aprovada em primeiro lugar no vestibular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). O curso foi concluído em 1971 e, em 1976, Weber já era ministra substituta.

Em 2005, foi indicada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como ministra do TST. Seis anos depois, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sugeriu o nome da magistrada para ocupar a cadeira deixada pela ministra Ellen Gracie, que havia se aposentado. Ela foi sabatinada pelo Senado Federal, onde foi aprovada por 57 votos a favor e 14 contra.

Nelson Jr./SCD/STF



A nova presidente do STF, Rosa Weber, tem 46 anos de magistratura, com carreira marcada pela discrição

» LIA ADIADA

O STF encerrou a sessão plenária de ontem sem analisar as ações sobre a Lei de Improbidade Administrativa. A expectativa era que os ministros retomassem a discussão a respeito da nova versão da norma, para decidir se as mudanças podem beneficiar quem já foi condenado. Na quinta-feira passada, o julgamento terminou empatado, com o voto contrário do relator da ação, Alexandre de Moraes, e parcialmente a favor do ministro André Mendonça. A discussão sobre a improbidade administrativa deve entrar em pauta na semana que vem porque, hoje, não haverá sessão por causa do Dia do Advogado.

Aumento salarial de 18% é aprovado

Na tarde de ontem, o STF aprovou, por unanimidade, o orçamento de R\$ 850 milhões da Corte para 2023 e a proposta de reajuste de 18% nos salários de juízes e servidores de outras carreiras do Judiciário. Agora, o projeto segue para análise do Congresso Nacional e, se aprovado, seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O tema foi discutido em sessão administrativa virtual da Corte. Segundo o STE, o percentual será aplicado em quatro parcelas, em abril e agosto de 2023, e janeiro e julho de 2024. O último

aumento dos vencimentos dos magistrados ocorreu em 2018 e, para os servidores, em 2016.

Para 2023, o impacto no Orçamento da União será de R\$ 961,2 mil só para os vencimentos dos ministros. No caso dos servidores, o montante é de R\$ 26,3 milhões. O percentual foi proposto por entidades de classe e sindicatos de servidores, com os argumentos de que a remuneração encontrava-se há mais de três anos sem reajuste e que a proposta é proporcional à variação da inflação, sem incorporar aumento real nos vencimentos.

Defasagem

O presidente da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes), desembargador Marcelo Buhatem, destacou que a análise do orçamento pelo STF é prevista em lei. "A Constituição é clara como a luz solar. Diz que o Supremo deve mandar a lei orçamentária com reajuste da magistratura todos anos", disse ao **Correio**. Buhatem ressalta que o congelamento dos salários por tanto tempo desestimula os profissionais de carreira. "A falta de valorização da magistratura pode

provocar, ao médio e longo prazos, um esvaziamento do Judiciário, pois os salários não estão se mantendo competitivos se comparados aos outros ramos da economia", avalia.

Em nota, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) aponta que o percentual previsto "não recompe a inflação do período, gerando uma situação de perda remuneratória prejudicial ao Sistema de Justiça e à própria prestação jurisdicional". O posicionamento foi assinado pela presidente da entidade, Renata Gil. (LP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 5